



abgf

Agência Brasileira Gestora de
Fundos Garantidores e Garantias S.A.

Demonstrações Contábeis ABGF

3º trimestre de 2016

BALANÇO PATRIMONIAL
30 de setembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015

	Nota	30/09/2016	31/12/2015		Nota	30/09/2016	31/12/2015
ATIVO				PASSIVO			
CIRCULANTE				CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	562.204.521	28.010.759	Contas a Pagar/Fornecedores		372.401	620.834
Clientes	5	7.187.664	7.566.128	Obrigações trabalhistas e sociais	10	2.773.970	1.768.865
Tributos a recuperar	6	4.801.526	3.599.912	Obrigações fiscais e tributárias	11	578.831	548.354
Outros Créditos	7	502.952	91.564			-	-
TOTAL DO ATIVO CIRCULANTE		574.696.663	39.268.363	TOTAL DO PASSIVO CIRCULANTE		3.725.202	2.938.053
NÃO CIRCULANTE				Capital social	12.a	2.071.606.292	50.000.000
Investimentos em Fundos Garantidores	8	1.719.838.119	-	Lucros/Prejuízos Acumulados	12.b	220.212.004	(12.506.903)
Imobilizado	9	1.008.716	1.162.787				
TOTAL DO ATIVO NÃO CIRCULANTE		1.720.846.835	1.162.787	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		2.291.818.296	37.493.097
TOTAL DO ATIVO		2.295.543.498	40.431.150	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		2.295.543.498	40.431.150

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Marcelo Pinheiro Franco
Diretor Presidente

Ronaldo Camillo
Diretor Administrativo e Financeiro

Vilma Pasini de Souza
Contadora
CRC MG 56170/O-7 T-DF

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS
Trimestres findos em 30 de setembro de 2016 e 2015

	Notas	Período findo em		Trimestre findo em	
		30/09/2016	30/09/2015	30/09/2016	30/09/2015
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	13	9.251.102	12.148.665	2.452.776	3.439.790
CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS	14	(12.109.409)	(9.926.037)	(4.024.106)	(2.928.252)
LUCRO (PREJUÍZO) BRUTO		(2.858.307)	2.222.628	(1.571.330)	511.538
DESPESAS OPERACIONAIS		(6.318.996)	(11.005.065)	(2.656.890)	(2.517.960)
Despesas administrativas	15	(328.344)	(288.150)	(108.418)	(99.778)
Despesas com pessoal	16	(4.779.399)	(10.372.469)	(1.640.811)	(2.319.635)
Despesas tributárias	17	(1.211.253)	(344.446)	(907.662)	(98.547)
OUTRAS RECEITAS E DESPESAS		221.032.152	-	155.401.667	-
Outras receitas (despesas) operacionais		1.186	-	588	-
Resultado de Equivalência	8	221.030.966	-	155.401.079	-
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		211.854.849	(8.782.437)	151.173.447	(2.006.422)
Despesas financeiras	18	(3.920)	(4.368)	(1.171)	(3.942)
Receitas financeiras	18	20.867.979	3.387.408	18.248.730	1.138.444
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES		232.718.908	(5.399.397)	169.421.006	(871.920)
Imposto de renda e contribuição social		-	-	-	-
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	12.b	232.718.908	(5.399.397)	169.421.006	(871.920)
Quantidade de Ações Ordinárias		50.000	50.000	50.000	50.000
Lucro (Prejuízo) Líquido por ação / ação diluída		<u>4.654,4</u>	<u>(108,0)</u>	<u>3.388,4</u>	<u>(17,4)</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Marcelo Pinheiro Franco
Diretor Presidente

Ronaldo Camillo
Diretor Administrativo e Financeiro

Vilma Pasini de Souza
Contadora
CRC MG 56170/O-7 T-DF

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
Trimestres findos em 30 de setembro de 2016 e 2015

	Nota	Período findo em		Trimestre findo em	
		30/09/2016	30/09/2015	30/09/2016	30/09/2015
(Prejuízo)/Lucro do período	12.b	232.718.908	(5.399.397)	169.421.006	(871.920)
Outros resultados abrangentes		-	-	-	-
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO		<u>232.718.908</u>	<u>(5.399.397)</u>	<u>169.421.006</u>	<u>(871.920)</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Marcelo Pinheiro Franco
Diretor Presidente

Ronaldo Camillo
Diretor Administrativo e Financeiro

Vilma Pasini de Souza
Contadora
CRC MG 56170/O-7 T-DF

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
30 de setembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015

	Período findo em	
	30/09/2016	31/12/2015
1. RECEITAS	10.789.643	18.532.504
1.1 Receita de Serviços	10.788.457	18.532.504
1.2 Outras Receitas	1.186	-
2. INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(1.537.355)	(2.640.882)
2.1 Custos dos Serviços	(1.537.355)	(2.640.882)
3. VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)	9.252.288	15.891.623
4. DEPRECIAÇÃO	(187.741)	(171.296)
5. VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA EMPRESA (3-4)	9.064.547	15.720.327
6. VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	241.895.024	4.367.561
6.1 Resultado da Equivalência Patrimonial	221.030.966	-
6.2 Receitas Financeiras	20.864.059	4.367.561
7. VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR (5+6)	250.959.571	20.087.888
8. DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	250.959.571	20.087.888
8.1 Pessoal	12.506.703	19.176.977
8.1.1 Remuneração Direta	(10.763.932)	(15.933.643)
8.1.2 Benefícios	(934.911)	(1.726.226)
8.1.3 FGTS	(807.860)	(1.517.108)
8.2 Impostos, Taxas e Contribuições	3.624.744	4.356.686
8.2.1 Federais	(3.592.137)	(4.317.583)
8.2.2 Municipal	(32.607)	(39.103)
8.3 Remuneração de capital de terceiros	2.109.219	2.922.461
8.3.1 Associações de classe	(137.461)	(47.439)
8.3.2 Aluguéis e Condomínio	(958.973)	(1.567.502)
8.3.3 Utilidade e serviços	(529.858)	(602.480)
8.3.4 Outras	(482.927)	(705.040)
8.4 Remuneração de capitais próprios	232.718.907	(6.368.236)
8.4.1 Dividendos	-	-
8.4.2 Lucros Retidos	232.718.907	(6.368.236)

Marcelo Pinheiro Franco
Diretor Presidente

Ronaldo Camillo
Diretor Administrativo e Financeiro

Vilma Pasini de Souza
Contadora
CRC MG 56170/O-7 T-DF

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Trimestres findos em 30 de setembro de 2016 e 2015

Descrição	Nota	Capital Social	Reservas		Resultados Acumulados	Total
			Reserva Legal	Retenção de Lucros		
Saldo em 31/12/2014		50.000.000	2.125	32.283	(6.024.872)	44.009.536
Ajuste de Exercícios anteriores - adequação ao CPC 23					(148.203)	
Reversão de Reserva Legal			(2.125)		2.125	0
Reversão de Reserva de Lucros				(32.283)	32.283	0
Prejuízo do período					(5.399.397)	(5.399.397)
Saldo Final em 30/09/2015		50.000.000	0	0	(11.538.064)	38.461.936
Prejuízo do período					(968.839)	(968.839)
Saldo final em 31/12/2015		50.000.000	0	0	(12.506.903)	37.493.097
Subscrição de Capital	11.a	2.021.606.292				2.021.606.292
Resultado do período	11.b				232.718.907	232.718.907
Saldo Final em 30/09/2016		2.071.606.292	0	0	220.212.004	2.291.818.296

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Marcelo Pinheiro Franco
Diretor Presidente

Ronaldo Camillo
Diretor Administrativo e Financeiro

Vilma Pasini de Souza
Contadora
CRC MG 56170/O-7 T-DF

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (método indireto)
Trimestres findos em 30 de setembro de 2016 e 2015

	Nota	30/09/2016	30/09/2015
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais			
Resultado do período	11.b	232.718.908	(5.399.397)
Ajustes para conciliar o Resultado e às Disponibilidades geradas pelas Atividades Operacionais			
Menos: Atualização de investimento permanente (equivalência patrimonial)	17	(221.030.966)	0
Mais: Depreciação/Amortização	14	187.741	119.619
Menos: Ajuste de Exercícios anteriores - adequação ao CPC 23		0	(148.203)
Lucro/Prejuízo ajustado		11.875.683	(5.427.981)
(Aumento) Redução nos Ativos			
Contas a receber de Clientes		2.235	(3.607.374)
Estoques		(15.450)	0
Outros Créditos		(19.708)	(9.707)
Tributos a Recuperar		(1.201.613)	(1.133.580)
(Redução) Aumento nos Passivos			
Fornecedores/Contas a Pagar		(248.434)	184.607
Obrigações Trabalhistas e Sociais		1.005.104,52	628.343
Obrigações Fiscais e Tributárias		30.477	(66.380)
DISPONIBILIDADES LÍQUIDAS GERADAS E APLICADAS NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		11.428.294	(9.432.073)
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos			
Aquisição de imobilizado		(33.670)	(465.208)
Aquisição de investimentos permanentes	8	(1.498.807,154)	0
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos			
Aumento de capital	12.a	2.021.606,292	0
DISPONIBILIDADES LÍQUIDAS GERADAS APLICADAS NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS E FINANCIAMENTOS		522.765,468	(465,208)
Aumento (Redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa		534.193,762	(9.897,281)
Caixa e equivalentes de caixa no início do período		28.010,759	41.835,746
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período		562.204,521	31.938,465
Aumento (Redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa		534.193,762	(9.897,280)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Marcelo Pinheiro Franco
Diretor Presidente

Ronaldo Camillo
Diretor Administrativo e Financeiro

Vilma Pasini de Souza
Contadora
CRC MG 56170/O-7 T-DF

1. Informações gerais

A Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias S.A. (ABGF) é uma empresa pública vinculada ao Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MPDG), criada pelo Decreto nº 7.976, de 1º de abril de 2013, conforme autorizado pela Lei nº 12.712, de 30 de agosto de 2012. A ABGF é constituída sob a forma de sociedade anônima e iniciou suas atividades em 27 de agosto de 2013.

A ABGF está sujeita ao regime jurídico próprio das empresas privadas, inclusive quanto aos direitos e obrigações civis, comerciais, trabalhistas e tributários. A Companhia tem sede e foro em Brasília (DF) e uma Unidade no Rio de Janeiro (RJ), criada para realizar a execução técnica dos serviços relacionados ao seguro de crédito à exportação ao amparo do Fundo de Garantia à Exportação (FGE) desde que a ABGF assumiu referido serviço em 01/07/2014. A Companhia está autorizada a atuar em todo o território nacional.

A ABGF tem por objeto a administração de fundos garantidores e outros fundos de interesse da União; a execução de todos os serviços relacionados ao seguro de crédito à exportação, inclusive análise, acompanhamento, gestão das operações de prestação de garantia e de recuperação de créditos sinistrados, nos termos do art. 4º da Lei nº 6.704, de 26 de outubro de 1979; e, ainda, a prestação de garantias às operações de riscos diluídos em áreas de grande interesse econômico ou social.

Por meio da Portaria SUSEP nº 5.920, de 24 de junho de 2014, publicada no Diário Oficial da União em 30 de junho de 2014, a Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) concedeu autorização à ABGF para o início de suas operações de emissão direta de garantia, de que trata o inciso I do artigo 38 da Lei nº 12.712, de 2012.

Entretanto, até esta data não teve início a emissão direta de garantias pela ABGF. Por meio do Ofício nº 0293/2014/SUSEP-GABIN, de 04 de junho de 2014, a Susep definiu que a Empresa deverá encaminhar exclusivamente as informações relativas aos dados cadastrais, do quadro I do Formulário de Informações Periódicas (FIP). Outras informações somente serão encaminhadas quando iniciarem as operações de garantia direta.

A ABGF, no cumprimento de seu objeto, atua na administração, gestão e representação de fundos garantidores, de fundos que tenham por objeto a cobertura suplementar dos riscos de seguro rural e de outros fundos de interesse da União, conforme estabelecido nos incisos II e III do art. 38 da Lei nº 12.712, de 2012, além de atuar na análise da concessão de garantias contra riscos de crédito de natureza comercial e/ou política e extraordinária, em operações de crédito à exportação.

Em 10/03/2016, foi deliberada pela Assembleia Geral Extraordinária a capitalização da ABGF em R\$ 21,6 milhões com recursos provenientes das cotas do Fundo Garantidor de Parcerias Público-Privadas (FGP) de propriedade da União. Posteriormente, em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 28/04/2016, foi subscrito o aumento de capital da ABGF mediante transferência, pela União, de suas cotas de participação nos fundos diluídos, no montante de R\$ 1.999,99 milhões, sendo: a) 603,59 milhões em cotas do Fundo Garantidor para Investimentos (FGI); b) R\$ 203,92 milhões em cotas do Fundo de Garantia de Operações (FGO); e, c) R\$ 1.192,48 milhões em cotas do Fundo Garantidor da Habitação Popular (FGHab).

Com as capitalizações ocorridas em 10/03/2016 e 28/04/2016, o Capital da empresa passou de R\$ 50,0 milhões em 31/12/2015, para R\$ 2.071,6 milhões. Os valores subscritos pela União para aumento de capital da ABGF em 10/03/2016 e 28/04/2016 foram integralizados em 21/03/2016 e 29/04/2016, respectivamente.

A ABGF vem mantendo ações junto ao Governo Federal no sentido de capitalizar o FGIE para que ele inicie suas atividades de concessão de garantias; para tanto é necessária a convocação de Assembleia Extraordinária de Cotistas do Fundo para deliberação sobre a subscrição e integralização do capital do fundo pela ABGF. A Assembleia Extraordinária de Cotistas do Fundo está agendada para 31/10/2016 e espera-se que seja aprovada a capitalização de R\$ 506.409.401,23 com recursos oriundos de resgate de cotas dos fundos garantidores FGP e FGHab.

A ABGF resgatou a totalidade dos recursos do FGP em 01/04/2016, no valor de R\$ 23,1 milhões, assumindo a partir dessa data as despesas que porventura ainda restarem ao FGP até sua completa liquidação, que ocorrerá após a elaboração do Balanço Patrimonial de encerramento e realização de auditoria independente. Os recursos resgatados do FGP estão, temporariamente, aplicados no fundo BB Extramercado FAE 2 FI, apartados de outros recursos da ABGF, para posterior capitalização no FGIE.

Em 04/07/2016, a ABGF resgatou do FGHab a quantia de R\$ 500 milhões de reais dos recursos do FGHab sem comprometimento com garantias.

Cerca de R\$ 482,2 milhões dos recursos resgatados pela ABGF serão utilizados para capitalização do FGIE, com o objetivo de conceder garantias às obras de grande vulto relacionadas com infraestrutura, inclusive relacionadas às Parcerias Público-Privadas.

Além da administração do Fundo Garantidor de Infraestrutura (FGIE), a ABGF presta serviços relacionados à concessão de seguro de crédito às exportações ao amparo do Fundo Garantidor de Exportação (FGE) e efetua a gestão do Fundo de Estabilidade do Seguro Rural (FESR).

2. Resumo das principais práticas contábeis

As demonstrações financeiras e contábeis foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações Técnicas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). A demonstração intermediária foi elaborada de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1).

A emissão das demonstrações financeiras e contábeis foi autorizada pela Diretoria Executiva da ABGF em 09 de novembro de 2016.

As políticas e métodos contábeis adotados no terceiro trimestre foram aplicados consistentemente em todo o período apresentado, a menos que declarado o contrário.

3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

A preparação das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados podem divergir dessas estimativas.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>30 de setembro</u> <u>de 2016</u>	<u>31 de dezembro</u> <u>de 2015</u>
Caixa e Bancos	3.625	3.400
Aplicações Financeiras	<u>562.200.896</u>	<u>28.007.359</u>
	<u>562.204.521</u>	<u>28.010.759</u>

- (i) O valor registrado refere-se a saldo remanescente para débitos de tarifas pelo Banco do Brasil e valores destinados para pagamento de despesas de pequeno vulto (Fundo Fixo), de acordo com norma interna ABGF – GEFIN/NOR/01/1/0 e legislação federal aplicável;
- (ii) As aplicações financeiras da ABGF são realizadas no Fundo de Investimentos em Cotas (FIC) Exclusivo, administrado pelo Banco do Brasil, com compra de cotas do BB Paranoá – FIC FI CP e no BB Extramercado FAE 2 FI, utilizado a partir de abril de 2016 para registro dos valores oriundos do FGP.

5. Contas a receber de clientes

	<u>30 de setembro</u> <u>de 2016</u>	<u>31 de dezembro</u> <u>de 2015</u>
SAIN/MF (i)	638.662	2.445.407
FGIE – Parte Relacionada (ii)	<u>6.549.002</u>	<u>5.120.721</u>
	<u>7.187.664</u>	<u>7.566.128</u>

- (i) Valor a receber da Secretaria de Assuntos Internacionais do Ministério da Fazenda (SAIN/MF), referente aos serviços prestados para análise da concessão do seguro de crédito à exportação ao amparo do FGE;
- (ii) Valor a receber do FGIE relativo à remuneração pela administração do Fundo de janeiro/2015 a setembro/2016. Até essa data, a União integralizou R\$ 1 milhão relativo às cotas do FGIE subscritas em 28/11/2014 no valor de R\$ 50 milhões.

A ABGF está aguardando a realização de AGE de cotistas do FGIE para integralizar e subscrever cotas no Fundo.

Por não ter sido concretizada a previsão de capitalização do FGIE com os valores inicialmente previstos, estão pendentes os pagamentos pelo Fundo à ABGF.

6. Tributos a recuperar / compensar

	30 de setembro	31 de dezembro
	de 2016	de 2015
Antecipação de Imposto de Renda (i)	123.586	-
Antecipação da Contribuição Social (i)	47.060	-
IRRF s/ Rendimentos de Aplicações Financeiras (ii)	2.853.339	2.318.201
IRRF a Compensar (iii)	1.510.015	220.985
CSLL a Compensar (iii)	267.526	1.060.726
	4.801.526	3.599.912

- (i) Esses valores referem-se ao imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, pagos mensalmente por antecipação, os quais serão deduzidos dos referidos tributos sobre o lucro líquido apurados em dezembro, quando do encerramento do exercício.
- (ii) O saldo da rubrica IRRF s/Rendimentos de Aplicações Financeiras registra as retenções efetuadas pelo Banco do Brasil sobre os rendimentos brutos auferidos pela ABGF na aplicação de suas disponibilidades financeiras no Fundo de Investimento em Cotas (FIC) Exclusivo BB Paranoá e Fundo BB Extramercado FAE 2 FI, administrados pela Instituição. Essas retenções representam antecipações do pagamento do tributo, a serem compensadas em apurações efetivas da própria ABGF;
- (iii) Os valores das rubricas IRRF a Recuperar e CSLL a Recuperar referem-se a tributos retidos pela SAIN/MF em conformidade com a Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 2012, pelos serviços prestados pela ABGF àquele órgão.

7. Outros créditos

	30 de setembro	31 de dezembro
	de 2016	de 2015
Adiantamento a Funcionários/Dirigentes (i)	452.954	76.724
Estoques de Material (ii)	15.450	-
Despesas pagas Antecipadamente	31.814	14.840
Outros	2.735	-
	502.952	91.564

- (i) O saldo de Adiantamentos refere-se à parcela de adiantamento do 13º Salário concedido em maio/2016 e os adiantamentos de férias são relativos àquelas férias que se iniciarão nos primeiros dias do mês seguinte e que transitarão na próxima folha de pagamento. No fim do exercício a parcela de adiantamento será compensada com o valor provisionado para pagamento do 13º salário.

(ii) Refere-se a estoques de material de escritório/expediente comprados para serem utilizados pelas unidades do Rio de Janeiro e Brasília por um período de 12 meses.

8. Investimento em Fundos

A Companhia é cotista do Fundo Garantidor de Infraestrutura - FGIE, conforme estatutariamente exigido. O art. 4º do Estatuto do FGIE estabelece que a "Administradora deverá ter participação de, no mínimo, 0,01% (um centésimo por cento) no patrimônio do FGIE". A ABGF subscreveu 0,01% do total das cotas, no valor inicial de R\$ 5.000,00. Como o Fundo está com passivo a descoberto, o saldo do investimento é zero.

A ABGF, em 10 de março de 2016, conforme deliberação da Assembleia Geral Extraordinária, foi capitalizada com a transferência da totalidade das Cotas do Fundo Garantidor de Parcerias Público-Privadas - FGP, no montante de 8.428,64 cotas, totalizando R\$ 21.607.878. Em abril de 2016, as cotas do FGP foram resgatadas e o valor mantido no BB Extramercado FAE 2 FI. Os recursos resgatados do FGP serão utilizados para capitalizar o FGIE, visando propiciar meios para a operacionalização do FGIE.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 28 de abril de 2016, rerratificada na Assembleia Geral de Rerratificação de 06 de maio de 2016, houve a transferência de Cotas dos Fundos Diluídos de propriedade da União para a ABGF, sendo transferidos:

- a) FGI - R\$ 603.593.050, referente a 454.132.226 cotas ao valor unitário de 1,392911301;
- b) FGO - R\$ 203.921.704, referente a 3.675.334 cotas ao valor unitário de 55,48385640; e,
- c) FGHab - R\$ 1.192.483.660, referente a 325.835.258 cotas ao valor unitário de 3,65977478.

As cotas acima foram subscritas em 28 de abril de 2016 e integralizadas no dia 29 de abril de 2016, com impacto no aumento dos investimentos em fundos da ABGF em R\$ 1.999.998.414. As cotas são avaliadas por equivalência patrimonial.

(a) Composição dos investimentos

Investimento	Informações das investidas		Nossa Participação no capital social	Equivalência	Saldo de investimento em 30/09/2016
	Patrimônio líquido	Resultado do período			
FGIE	(5.105.295)	(1.432.049)	0,01%	-	-
FGI	651.421.143	157.255.043	80,68%	48.878.653	652.471.703
FGHab	1.250.693.317	458.337.296	48,90%	143.175.647	835.659.307
FGO	999.230.783	148.315.184	20,19%	27.785.406	231.707.109
				<u>219.839.706</u>	<u>1.719.838.119</u>

(b) Movimentações dos investimentos

Investimento	31/12/2015	Aporte em 2016	Equivalência patrimonial	Recebimento das cotas	30/09/2016
FGIE	-	-	-	-	-
FGP	-	21.607.878	1.191.260	(22.799.138)	-
FGI	-	603.593.050	48.878.653	-	652.471.703
FGHab	-	1.192.483.660	143.175.647	(500.000.000)	835.659.307
FGO	-	203.921.704	27.785.406	-	231.707.109
	-	2.021.606.292	221.030.966	(522.799.138)	1.719.838.119

(c) Equivalência Patrimonial

A Equivalência Patrimonial é realizada com base nos balancetes mensais com defasagem de 30 (trinta) dias, ou seja, a equivalência de setembro foi realizada com dados dos balancetes do mês de agosto/2016.

	Período findo em 30/09/2016	Trimestre findo em 30/09/2016
FGP	1.191.259,93	-
FGI	48.878.653,46	24.593.083,20
FGHab	143.175.646,62	81.872.038,14
FGO	27.785.405,57	48.935.958,10
Total	221.030.966	155.401.079

9. Imobilizado

O Imobilizado está demonstrado ao custo histórico de aquisição menos o valor da depreciação, calculada com base no método linear e pelas taxas fiscais.

(a) Composição

	Taxa de depreciação	Custo Corrigido	Depreciação acumulada	Valor líquido 30/09/2016	Valor líquido 30/09/2015
Mobiliário em geral	10% a 20%	210.911	(65.941)	144.970	167.526
Máquinas, instalações e utensílios de escritório	10% a 20%	221.075	(33.882)	187.192	209.801
Equipamentos de informática e software	20% a 40%	909.049	(269.472)	639.577	755.854
Equipamentos de áudio, vídeo	10% a 20%	45.653	(8.675)	36.977	29.607
		1.386.687	(377.971)	1.008.716	1.162.787

(b) Movimentação do custo

	31/12/2015	Adições	31/12/2015
Mobiliário em geral (i)	210.911	-	210.911
Máquinas, instalações e utensílios de escritório	221.075	-	221.075
Equipamentos de informática e software	886.555	22.494	909.049
Equipamentos de áudio, vídeo e fotos	34.477	11.176	45.653
	1.353.017	33.670	1.386.687

(c) Movimentação da depreciação

	31/12/2015	Adições	30/09/2016
Mobiliário em geral	(43.385)	(22.556)	(65.941)
Máquinas, instalações e utensílios de escritório	(11.274)	(22.609)	(33.882)
Equipamentos de informática e software	(130.701)	(138.771)	(269.472)
Equipamentos de áudio, vídeo e fotos	(4.871)	(3.805)	(8.675)
	(190.230)	(187.741)	(377.971)

10. Obrigações trabalhistas e sociais

	30 de setembro	31 de dezembro
	de 2016	de 2015
Provisão para férias e encargos	1.513.890	1.335.372
Provisão para 13º salário e encargos (i)	838.041	-
INSS a recolher	315.220	264.134
FGTS a Recolher	79.287	101.055
Contribuição sindical a recolher	-	-
Ressarcimento de salários cedidos	<u>27.532</u>	<u>68.304</u>
	<u>2.773.970</u>	<u>1.768.865</u>

(i) O saldo de provisão para 13º salário refere-se às obrigações provisionadas para pagamento do 13º salário. No fim do exercício, a parcela de adiantamento do 13º salário concedido em maio de 2016 será compensada com o valor provisionado.

11. Obrigações fiscais e tributárias

Os saldos indicados compõem-se dos tributos incidentes sobre o faturamento da Empresa, relativos à prestação de serviços, e retenções tributárias incidentes sobre salários/honorários pagos e as contratações realizadas pela ABGF, em conformidade com a Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012, o Regulamento do ISS (Decreto nº 25.508, de 29 de janeiro de 2005), a Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2013, e demais legislação tributária vigente.

	30 de setembro	31 de dezembro
	de 2016	de 2015
COFINS s/ Faturamentos a Recolher	287.702	162.886
PIS s/ Faturamento a Recolher	49.084	34.627
IRRF s/ Folha de Pagamento a Recolher	206.773	302.838
ISS a Recolher	18.531	18.020
Tributos Federais s/ Notas Fiscais a Recolher	13.907	21.856
ISS Retenções a Recolher	47	731
INSS retido a Recolher	2.787	3.619
Outros Impostos e Taxas a Recolher	<u>-</u>	<u>3.777</u>
	<u>578.831</u>	<u>548.354</u>

12. Patrimônio líquido**(a) Capital social**

O Capital Social da ABGF é de R\$ 2,071 bilhões (dois bilhões e setenta e um milhões), integralmente subscrito e integralizado pela União, é composto de 50.000 (cinquenta mil) ações ordinárias nominativas, com valor unitário de R\$ 41.432,1258/por ação.

O Patrimônio Líquido em 30 de setembro de 2016 e 2015 está demonstrado a seguir:

	<u>30/09/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Capital Subscrito	2.071.606.292	50.000.000
Lucros/(-)Prejuízos Acumulados	<u>220.212.004</u>	<u>(12.506.903)</u>
	<u>2.291.818.296</u>	<u>37.493.097</u>

(b) Resultado do período

A ABGF apresentava, em dezembro/2015, prejuízo acumulado de R\$ 12,5 milhões (doze milhões e quinhentos mil reais), decorrente, principalmente de a empresa ter iniciado suas atividades operacionais somente em 1º de julho de 2014, com a assinatura do primeiro contrato de prestação de serviços com a Secretaria de Assuntos Internacionais do Ministério da Fazenda (SAIN/MF), para análise dos serviços de garantia do seguro de crédito à Exportação, ao amparo do Fundo de Garantia à Exportação (FGE).

No terceiro trimestre/2016 houve resultado negativo das operações, líquidas dos custos diretos, de (R\$ 2,86) milhões (dois milhões, oitocentos e sessenta mil reais). As receitas financeiras do terceiro trimestre, deduzidas das despesas financeiras, alcançaram R\$ 20,86 milhão (vinte milhões, oitocentos e sessenta mil reais), decorrentes, principalmente, das aplicações financeiras dos valores resgatados dos fundos FGP e FGHab.

Os investimentos nos fundos garantidores, conforme Nota 8, são avaliados por equivalência patrimonial. O resultado de equivalência patrimonial nos investimentos em fundos garantidores foi de R\$ 221,03 (duzentos e vinte e um milhões e trinta mil reais), no acumulado do ano e R\$ 155,40 milhões (cento e cinquenta e cinco milhões e quatrocentos mil reais) no terceiro trimestre/2016. Assim, o resultado acumulado até setembro/2016 e o relativo ao 3º trimestre de 2016 encerraram com lucro, antes dos impostos e contribuições, de R\$ 232,72 (duzentos e trinta e dois milhões e setecentos e vinte mil reais), e R\$ 169,42 milhões (cento e sessenta e nove milhões e quatrocentos e vinte mil reais), respectivamente. Como consequência, o prejuízo acumulado de R\$ 12,5 milhões (doze milhões e quinhentos mil reais), existente em 31/12/2015, foi revertido e apurado um lucro de R\$ 220,2 milhões (duzentos e vinte milhões e duzentos mil reais) ao final de setembro/2016.

13. Receita operacional líquida

As receitas da Companhia foram geradas pela prestação de serviços relacionados ao seguro de crédito à exportação ao amparo do Fundo de Garantia à Exportação (FGE) e pela administração do Fundo Garantidor de Infraestrutura (FGIE).

Em 1º de julho de 2014, a Agência celebrou contrato com a Secretaria de Assuntos Internacionais do Ministério da Fazenda – SAIN/MF para execução dos serviços relacionados à análise, concessão e acompanhamento do seguro de crédito à exportação ao amparo do FGE e a partir de 28 de novembro de 2014 se iniciou a administração do FGIE.

A remuneração da ABGF referente à prestação de serviços para a SAIN/MF, para análise das operações garantidas pelo Seguro de Crédito à Exportação ao amparo do FGE tem como base de cálculo a entrada de novas operações garantidas pelo FGE assim como um percentual sobre a exposição total. As restrições orçamentárias para política de apoio assim como a conjuntura atual têm afetado o desempenho das exportações, causando uma estagnação no número de operações garantidas pelo FGE.

A redução de cerca de 72% nas receitas do FGIE no período de janeiro a setembro de 2016, se comparada com o mesmo período do ano anterior, foi causada pela redução na equipe que estava negociando e desenvolvendo as diretrizes e normativos para as garantias a serem prestadas pelo FGIE, tendo em vista a indefinição na capitalização e operacionalização do FGIE, cabendo registro que as receitas decorrem das despesas incorridas pela ABGF na gestão do Fundo, apuradas de acordo com metodologia de distribuição de custos ABC.

As deduções correspondem a tributos federais e distritais incidentes sobre a receita bruta e cancelamentos de serviços, quando houver.

Segue abaixo quadro demonstrativo com a receita bruta e líquida:

	Período findo em		Trimestre findo em	
	30/09/2016	30/09/2015	30/09/2016	30/09/2015
Receita operacional Bruta	10.788.457	14.167.540	2.860.380	4.011.417
FGE (i)	9.360.176	9.028.872	2.372.555	3.222.611
FGIE – Parte Relacionada (ii)	1.428.281	5.138.668	487.825	788.806
(-) Deduções da Receita	(1.537.355)	(2.018.875)	(407.604)	(571.627)
COFINS	(819.922)	(1.076.734)	(217.389)	(304.868)
Pis/Pasep	(178.010)	(233.764)	(47.196)	(66.188)
ISS	(539.423)	(708.377)	(143.019)	(200.571)
Receita operacional Líquida	9.251.102	12.148.665	2.452.776	3.439.790

Em 13 de julho de 2015, a Companhia iniciou a prestação de serviços de gestão administrativa e operacional do Fundo de Estabilidade do Seguro Rural - FESR. O § 6º do art. 38 da Lei nº 12.712, de 2012, incluído pela Lei nº 13.195, de 25 de novembro de 2015, estabelece que ato do Poder Executivo disporá sobre a remuneração da Companhia para realizar a gestão do FESR.

A ABGF está em negociação com o Ministério do Planejamento, objetivando definir parâmetros para o cálculo da remuneração. Após as negociações a receita referente essa prestação de serviços poderá ser apropriada na contabilidade da ABGF.

14. Custos do Serviço Prestado

Os custos com pessoal referem-se aos custos diretos de Salários, Encargos e Benefícios destinados à prestação de serviços para a SAIN/MF e para o FGIE.

	Período findo em		Trimestre findo em	
	30/09/2016	30/09/2015	30/09/2016	30/09/2015
Pessoal	10.007.863	7.606.764	3.315.182	2.239.436
Despesas administrativas	2.101.546	2.319.273	708.924	688.816
	12.109.409	9.926.037	4.024.106	2.928.252

15. Despesas administrativas por natureza

Acumulado no ano	Período findo em		Trimestre findo em	
	30/09/2016	30/09/2015	30/09/2016	30/09/2015
Viagens e Representações (i)	353.825	447.357	130.331	116.384
Serviços de Terceiros (ii)	344.324	215.496	124.482	60.707
Ocupação (iii)	958.972	1.175.428	336.755	404.266
Despesas Gerais (iv)	668.461	745.359	188.959	196.022
Créditos tributários (v)	(83.432)	(95.835)	(27.410)	(32.761)
Depreciação	187.741	119.619	64.225	43.976
Receita operacional Líquida	2.429.891	2.607.424	817.342	788.594
Gastos apropriados ao custo dos serviços prestados [nota 14]	2.101.546	2.319.273	708.924	688.816
Despesas Administrativas	328.345	288.150	108.418	99.778

(i) A rubrica "Viagens e Representações" registra os gastos de passagens e diárias concedidas a funcionários e dirigentes da ABGF, relacionados às viagens a serviço de interesse da Empresa;

(ii) Serviços de Terceiros representa, principalmente, as despesas relativas a serviços profissionais de auditoria, contabilidade, treinamento e capacitação, avaliações, licença de

uso de softwares, assinatura de periódicos, eventos e prestação de serviços com utilização de materiais;

- (iii) As despesas com ocupação referem-se ao aluguel da filial da ABGF no Rio de Janeiro, despesas com condomínios (matriz e filial) e serviços terceirizados de limpeza e conservação;
- (iv) As Despesas Gerais representam gastos com energia elétrica, telefone, correios, malote, aluguel de equipamentos de telefonia, seguros, materiais de expediente/consumo, publicações legais, despesas de pequeno vulto, dentre outras;
- (v) A ABGF está submetida ao regime de incidência não cumulativa para a contribuição do PIS/Pasep e Cofins. Dos valores de Contribuição para o PIS/Pasep e Cofins apurados, a pessoa jurídica submetida à incidência não cumulativa poderá descontar créditos, calculados mediante a aplicação das alíquotas de 7,6% (Cofins) e 1,65% (Contribuição para o PIS/Pasep), Lei nº 10.637, de 2002, e Lei nº 10.833, de 2003, sobre os valores de despesas constantes das referidas Leis. No caso da ABGF, os créditos tributários incidem sobre as despesas de aluguel, depreciação e energia elétrica.

16. Despesas com pessoal por natureza

	Período findo em		Trimestre findo em	
	30/09/2016	30/09/2015	30/09/2016	30/09/2015
Empregados:				
Salários, Encargos e Benefícios	<u>12.626.535</u>	<u>16.100.036</u>	<u>4.216.960</u>	<u>4.002.231</u>
Salários e Ordenados	7.139.662	8.289.241	2.411.417	2.262.940
Encargos Sociais	2.472.890	2.947.393	853.584	825.672
Provisões Trabalhista e Previdenciária	2.087.871	1.991.761	679.890	520.279
Benefícios Empregados	796.072	1.284.465	269.194	242.596
Ressarcimento de Cedidos	121.415	1.577.343	-	146.257
Saúde e Segurança do Trabalho	8.625	9.833	2.875	4.487
Diretoria e Conselhos:				
Honorários, Encargos e Benefícios	<u>2.160.727</u>	<u>1.879.197</u>	<u>739.033</u>	<u>556.840</u>
Honorários do Conselho de Administração	199.046	207.693	65.219	75.277
Honorários do Conselho Fiscal	117.056	113.941	41.779	37.639
Honorários da Diretoria Executiva	988.288	538.210	351.550	182.762
Encargos Sociais Sobre Honorários	328.162	223.797	97.583	64.195
Provisão Trabalhista e Previdenciária	148.993	53.624	49.474	-
Benefícios Diretor	114.656	64.538	37.093	18.755
Ressarcimento Diretores	264.526	677.394	96.335	178.212
Total	<u>14.787.262</u>	<u>17.979.233</u>	<u>4.955.993</u>	<u>4.559.071</u>
Gastos apropriados ao custo dos serviços prestados [nota 14] (i)	10.007.863	7.606.764	3.315.182	2.239.436
Despesas com pessoal	4.779.399	10.372.469	1.640.811	2.319.635

- (i) Para o período de Janeiro a Junho de 2015, foi utilizado como premissa para a alocação dos custos de pessoal, apenas os profissionais que alocaram acima de 80% das horas em atividades diretas relacionadas as linhas de negócio FGIE ou FGE. A partir do exercício de 2016 a ABGF promoveu melhorias em seus sistemas de

apuração de custos adotando a Metodologia de Custeio ABC para alocação dos custos.

As remunerações dos Conselhos de Administração e Fiscal e da Diretoria Executiva são aprovadas pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (SEST), criada pelo Decreto nº. 8.818, de 21 de julho de 2016, assumindo as funções do Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (DEST);

A ABGF ressarcie às entidades cedentes, integralmente, os salários, encargos e benefícios sociais de origem dos Diretores Executivos e funcionários cedidos por outros órgãos;

Os salários dos funcionários da ABGF correspondem às remunerações dos cargos de livre provimento aprovados pela SEST.

A seguir estão relacionadas as informações solicitadas pela Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União (CGPAR), por meio da Resolução CGPAR nº 3, de 31 de dezembro de 2010, art. 1º, alínea "e":

- ☐ Maior e menor remuneração de empregados: R\$ 31,0 mil e R\$ 8,3 mil;
- ☐ Maior e menor remuneração de dirigentes: R\$ 47,6 mil e R\$ 45,5 mil;
- ☐ Salário médio dos empregados e dirigentes: R\$ 14,4 mil e R\$ 46,0 mil, respectivamente.

Nas remunerações informadas estão computadas as vantagens e benefícios efetivamente percebidos. Com relação à remuneração de dirigentes estão consideradas as remunerações aprovadas pela Assembleia Geral.

17. Despesas tributárias

	Período findo em		Trimestre findo em	
	30/09/2016	30/09/2015	30/09/2016	30/09/2015
IPTU (i)	31.976	28.804	10.659	9.707
Impostos e Taxas Diversas	15.356	8.217	161	140
Taxa de Fiscalização Susep (ii)	135.034	194.910	45.010	32.484
Contribuição Sindical (iii)	47.439	47.439	-	-
CIDE (iv)	11.087	12.804	3.266	3.944
Pis/Pasep e Cofins s/ Receitas Financeiras (v)	970.361	52.272	848.566	52.272
Total	1.211.253	344.446	907.662	98.547

- (i) Refere-se ao pagamento do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) do imóvel alugado no Rio de Janeiro, onde funciona a Unidade da ABGF. Tributo pago no início do exercício e despesa apropriada mensalmente por competência;
- (ii) Apropriação da taxa de fiscalização SUSEP, paga trimestralmente, por antecipação até o 10º dia do 1º mês do trimestre. Taxa paga no início do trimestre e apropriada mensalmente por competência;
- (iii) O saldo registrado nesta rubrica corresponde à Contribuição Sindical Patronal do exercício, recolhida junto à Caixa Econômica Federal – CAIXA, na Conta Especial

Emprego e Salário, CNPJ 37.115.367/0035-00, conforme inciso III, artigo 580 e § 3º do artigo 590 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT;

- (iv) Refere-se a pagamento de Contribuição de Intervenção de Domínio Econômico (CIDE) incidente sobre remessa ao exterior para pagamento da Bloomberg L.P., conforme art. 2º da Lei nº 10.168, de 29 de dezembro de 2000;
- (v) Refere-se a PIS/Pasep e COFINS sobre receitas financeiras, cujas alíquotas de 0,65% e 4%, respectivamente, foram reestabelecidas por meio do Decreto nº 8.426, de 01/04/2015, e a tributos incidentes operações financeiras em remessas ao exterior de recursos para pagamento de serviços adquiridos, além de outras taxas diversas;

18. Equivalência Patrimonial

Considerando que a ABGF não recebeu os balancetes mensais dos Fundos FGO, FGI e FGHAB, administrados, respectivamente, por Banco do Brasil, BNDES e Caixa Econômica Federal, a equivalência patrimonial foi efetuada tomando-se por base o valor da cota mais recente disponível, ou seja, os valores estão ajustados com base no valor da cota do dia 31/08/2016.

A Administração da ABGF está em negociação com os administradores dos fundos para buscar o repasse oportuno dos balancetes mensais assinados pelos representantes legais.

	Período findo em		Trimestre findo em	
	30/09/2016	30/09/2015	30/09/2016	30/09/2015
FGHAB	143.175.647	-	81.872.038	-
FGI	48.878.653	-	24.593.083	-
FGO	27.785.406	-	48.935.958	-
FGP	1.191.260	-	-	-
Total	221.030.966	-	155.401.079	-

19. Resultado financeiro

	Período findo em		Trimestre findo em	
	30/09/2016	30/09/2015	30/09/2016	30/09/2015
Rendimentos de aplicações financeiras (i)	20.698.864	3.256.084	18.220.842	1.082.424
Juros ativos (ii)	169.115	131.324	27.888	56.020
	20.867.979	3.387.408	18.248.730	1.138.444
Despesas financeiras (iii)	(3.920)	(4.368)	(1.171)	(3.942)
Resultado Financeiro	20.864.059	3.383.040	18.247.559	1.134.502

- (i) Os Rendimentos de Aplicações Financeiras são oriundos do resultado de aplicações das disponibilidades financeiras da ABGF em fundos de investimento administrados pelo Banco do Brasil, conforme já referenciado na Nota 4;

- (ii) O saldo de Juros Ativos representa a atualização monetária, pela taxa média mensal do Sistema Especial de Liquidação e Custódia - SELIC, divulgada pelo Banco Central do Brasil – BACEN, do saldo de Tributos a Recuperar/Compensar referenciados na Nota 6 (i);
- (iii) As despesas financeiras incluem tarifas bancárias e encargos sobre pagamentos realizados pela ABGF.

20. Eventos subsequentes

Em Assembleia Geral Extraordinária de Cotistas do Fundo Garantidor de Infraestrutura (FGIE) a ser realizada em 31/10/2016, a ABGF irá adquirir cotas do Fundo no valor de R\$ 506,4 milhões, com recursos oriundos dos resgates de cotas do Fundo Garantidor de Parcerias Público-Privadas (FGP) e do Fundo Garantidor da Habitação Popular (FGHab). Com a capitalização do FGIE, será possível que o Fundo inicie a sua operacionalização e, ainda, pague para a ABGF o montante de 6,5 milhões referente à remuneração pela gestão do fundo.

Encontra-se em negociação com o Governo Federal a remuneração da ABGF pela gestão do Fundo de Estabilidade do Seguro Rural (FESR). De acordo com o § 6º do art. 38 da Lei nº 12.712, de 2012, (Incluído pela Lei nº 13.195, de 25/11/2015), ato do poder executivo disporá sobre a remuneração da ABGF pela gestão do FESR.

A Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) manifestou, a pedido da Secretaria do Tesouro Nacional, que a remuneração para a ABGF é devida a partir de 25 de novembro de 2015, data em que foi incluído o dispositivo que trata da remuneração da ABGF.

Considerando a indefinição presente dos parâmetros da remuneração as receitas não foram registradas no balanço da ABGF.

Marcelo Pinheiro Franco
Diretor Presidente

Ronaldo Camillo
Diretor Administrativo e Financeiro

Vilma Pasini de Souza
Contadora
CRC MG 56170/O-7 T-DF

Fernando Vitor dos Santos Sawczuk
Diretor de Operações

Sérgio Ricardo Miranda Nazaré
Diretor de Risco

